

# Maciel leva a política para dentro do Ministério

E, com uma equipe versátil, procura as soluções para os múltiplos problemas da educação

RAQUEL ULHÔA  
Da Editoria Nacional

“O ato de governar é fundamentalmente político”. A idéia, várias vezes repetida pelo ministro da Educação, Marco Maciel, tem sido seguida à risca por ele, em um cargo que ele relutou muito em aceitar. Há mais de um mês à frente do MEC, o caráter político com o qual vem revestindo o órgão se delinea cada vez mais, perfil só conseguido uma única vez, em toda a existência do órgão, durante a curta administração do general Rubem Ludwig. Hoje, 90% da agenda de Maciel é ocupada, diariamente, por audiências com políticos.

Seus pronunciamentos e atos refletem bem o novo espírito. Nos discursos, a promessa de conceder maior espaço político à educação, como caminho mais eficiente para solucionar seus problemas mais agudos. As atitudes falam por si só: foi o primeiro ministro da Educação a dialogar com a União Nacional dos Estudantes — que esteve em seu gabinete acompanhada pelo deputado Aldo Arantes, do Partido Comunista do Brasil; debateu com Paulo Freire e Lauro de Oliveira Lima, educadores que voltaram ao MEC 21 anos depois de deixá-lo, diretamente para a prisão; e, logo no primeiro dia de trabalho, solucionou a crise da Universidade de Brasília, conseguindo o afastamento de um indesejado reitor.

Aos 44 anos, Marco Maciel baseia sua administração dos assuntos educacionais brasileiros no mesmo



Marco Maciel

lema que imprimiu ao governo de Pernambuco (1979/82), seu estado natal: “desenvolvimento com participação”. Defendendo a descentralização das soluções e a participação dos setores educacionais das diversas regiões do País, o ministro criou uma comissão de alto nível — seguindo determinação do presidente Tancredo Neves — para estudar a reformulação do ensino superior, considerado, por ele, o “problema mais agudo” da educação brasileira. Procurando a maior abrangência possível, ele reuniu um membro da Escola Superior de Guerra, um ex-presidente da UNE e professores das mais distintas tendências.

No entanto, a prioridade foi dada ao ensino básico. Numa iniciativa pioneira, reuniu todos os secretários

estaduais de Educação e, posteriormente, todos os das capitais, que, honrados com a medida, voltaram satisfeitos às suas regiões ainda que sem soluções concretas. Nesta linha, pode-se citar apenas o desbloqueio de cerca de Cr\$ 28 bilhões de cruzeiros aos estados, relativos ao convênio único do ano passado, e Cr\$ 22 bilhões, relativos aos recursos do Finsocial para 85. Menor privilégio obtiveram as universidades. Ao final do seu encontro com todos os reitores brasileiros, realizado na sede do Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, ele anunciou a assinatura de um convênio com a Sepal, dirigindo recursos de Cr\$ 2 bilhões a 10 instituições.

Para não passar batido, Maciel gosta de lembrar que, logo nos primeiros dias de governo, ele concedeu aumento aos professores e funcionários das universidades fundacionais, que havia sido sustado pela ex-ministra, Esther Ferraz, no último dia à frente do MEC. Quanto a verbas, necessárias a qualquer execução de seus planos, o ministro tem mantido negociações com seus colegas da área econômica, bancos nacionais e estrangeiros, sem, no entanto, ter anunciado qualquer obtenção de suplementação ao parco orçamento de Cr\$ 5 trilhões para 85, até agora.

## BASE ELEITORAL

Mais do que a Educação, tem sido fortalecido, no MEC, o Partido da Frente Liberal, do qual é um dos líderes e ex-presidente. A maioria dos políticos com

quem despacha, diariamente, em seu gabinete, vem do PFL de várias regiões, principalmente Pernambuco. A sua influência, como um dos articuladores da Aliança Democrática, lhe permite, ainda, longas conversas, em sua própria casa ou no Palácio do Planalto, com o presidente em exercício, José Sarney.

Na pauta, política e não educação, na maioria das vezes. Em troca, o seu prestígio atinge feitos inéditos, como o encontro do Presidente da República com todos os secretários estaduais de Educação, no Planalto, ou a presidência do mesmo à solenidade de instalação da Comissão que vai estudar o ensino superior, no dia 25 de abril. Depositando total apoio ao vice, na interinidade imposta pela doença de Tancredo Neves, não há como negar a fidelidade de Marco Maciel com os compromissos assumidos pelo Presidente eleito, o qual sempre lembra em seus pronunciamentos.

Se não há como falar em desacertos e tropeções, neste início da administração do Ministério da Educação, de sua parte, Marco Maciel não está satisfeito. “Eu poderia ter feito mais”, resumiu no dia 15, um mês após sua posse. Algumas deliberações não puderam ser tomadas, em função da doença do presidente Tancredo Neves e da fase de “reajustamento” do novo governo. A Nova — ou a “quinta”, segundo seus cálculos — República começou com uma comção nacional, que, se não emperrou, ao menos dificultou a decolagem da máquina administrativa.